



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Norberto Bobbio e a democracia na Itália:

a tensão entre teoria e realidade

Mario Giuseppe Losano

**Como citar:** LOSANO, M. G. Norberto Bobbio e a democracia na Itália: a tensão entre teoria e realidade. *In*: SALATINI, R.; BARREIRA, C. M. **Democracia e direitos humanos no pensamento de Norberto Bobbio**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 29-58.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7249-026-9.p29-58>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# NORBERTO BOBBIO E A DEMOCRACIA NA ITÁLIA: A TENSÃO ENTRE TEORIA E REALIDADE<sup>1</sup>

*Mario Giuseppe Losano*

## OS VINTE ANOS DE MUSSOLINI E A DEMOCRACIA RECONQUISTADA

A evolução política de Norberto Bobbio está ligada à ideia de democracia desde os anos do fascismo e se manifestou plenamente do fim da segunda guerra mundial em diante. A sua “conversão” à doutrina pura de Hans Kelsen o levou a aceitar a visão kelseniana da democracia procedimental, isto é, da democracia das regras, que defendeu com determinação enquanto intelectual laico, sem participar diretamente de órgãos políticos ou de partido. Depois, a partir dos anos noventa, seguiu com apreensão e amargura a degeneração da democracia parlamentar italiana. As páginas que seguem descrevem sinteticamente essa sua trajetória através de algumas obras significativas, acompanhadas de alguns momentos “epifânicos” da sua vida.

---

<sup>1</sup> Tradução de Marcelo de Azevedo Granato.

Tais referências têm um valor sobretudo evocatório: cada um dos temas é desenvolvido no meu livro sobre Norberto Bobbio, em curso de publicação<sup>2</sup>.

Para melhor seguir o desenvolvimento do pensamento e da ação política de Bobbio, convém ter em mente três importantes rupturas na sua vida: em 1938, a aprovação das leis raciais o levou a aderir ao antifascismo militante e à democracia parlamentar; em 1949, teve lugar o que ele mesmo definiu como sua “conversão” a Kelsen, que foi, por toda a sua vida, seu ponto de referência (criticamente) como filósofo jurídico e político; enfim, em 1972, a sua transferência da Faculdade de Direito para a de Ciências políticas foi acompanhada pelo predomínio de seu interesse pela filosofia política (ainda que não tenha abandonado a filosofia do direito, assim como, nos anos anteriores, sempre se ocupara da filosofia política paralelamente à filosofia jurídica, então dominante em seu trabalho).

\*

Desde os anos do fascismo, Bobbio tinha se posicionado a favor da democracia parlamentar. Nos seus escritos politológicos, pode-se notar um envolvimento com os fatos quotidianos (guiado pelos três princípios próprios da ciência política: verificabilidade dos resultados, finalidade cognoscitiva, não valoração) e, junto a ele, uma reflexão crítica sobre esses fatos no quadro geral de uma filosofia política. Uma filosofia política que vê na democracia representativa a forma da “ótima República” e que, portanto, “é orientada segundo valores e tem caráter claramente e conscientemente prescritivo: não é isenta de valoração e não pretende sê-lo”<sup>3</sup>.

Bobbio se propõe a distinguir o núcleo mínimo da democracia, isto é, aquelas características indispensáveis para que um regime possa ser definido como democrático. Influenciado também “pela deformação profissional de quem lecionou, por décadas, em uma faculdade jurídica”, concentra a sua atenção sobre o elemento formal das “regras do jogo”: “Por regime democrático, entende-se primariamente um conjunto de regras de

---

<sup>2</sup> Mario G. Losano, *Norberto Bobbio – Una biografia culturale*, Marcial Pons, Madrid 2017 (no prelo).

<sup>3</sup> Bobbio, *Teoria generale della politica*, Einaudi, Torino 1999, p. 12 s.

procedimento para a formação de decisões coletivas, em que é prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”<sup>4</sup>; ou seja, regras “que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*”<sup>5</sup>. Esta concepção procedimental da democracia, como foi dito, provém do Kelsen teórico da política, bem conhecido por Bobbio também como teórico do direito.

A democracia se realiza se, junto ao *quem* (elevado número de cidadãos) e aos *procedimentos* (por exemplo, a regra da maioria), é garantida aos cidadãos a possibilidade de escolher entre alternativas precisas; em outras palavras, se os cidadãos gozam dos direitos de liberdade próprios do Estado liberal (sobretudo as liberdades de opinião, de associação e de voto, mas também as liberdades de expressão, de reunião, de imprensa etc.). Consequentemente, “o Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas jurídico do Estado democrático”<sup>6</sup>: apenas as liberdades fundamentais garantem o exercício da democracia e apenas a democracia garante as liberdades fundamentais.

Nas democracias, as regras do jogo podem ser modificadas. De fato, as constituições modernas preveem procedimentos para a modificação dos procedimentos. O problema torna-se insolúvel se essa mudança não ocorre por um impulso interno, mas por impulsos extrassistêmicos.

As críticas feitas por reformistas e revolucionários à democracia representativa cingem-se à revisão ou à supressão dessas regras do jogo. No caso da revisão, é necessário saber quais são as regras a serem substituídas e quais as substituirão, mas também é necessário se perguntar se um sistema articulado, como aquele das regras democráticas, pode ser parcialmente modificado sem desabar: era esse o ponto principal (frequentemente não expresso) da áspera polémica que acompanhou o referendo constitucional de 4 de dezembro de 2016<sup>7</sup>. No caso da supressão revolucionária das regras do jogo, ao contrário, é necessário saber qual novo

<sup>4</sup> Cf. *prefácio* à coletânea de ensaios de Bobbio, de 1984, *Il futuro della democrazia*, Einaudi, Torino 1995, p. XXII s. (essa edição não leva o subtítulo *Uma defesa das regras do jogo*).

<sup>5</sup> Cf. o ensaio de 1984 *Il futuro della democrazia*, agora in Bobbio, *Il futuro della democrazia*, Einaudi, Torino 1995, p. 4.

<sup>6</sup> Bobbio, *Il futuro della democrazia*, cit., p. 7.

<sup>7</sup> Essa reforma constitucional propunha a modificação de 47 dos 139 artigos da Constituição de 1948, e o referendo impediu essa reforma com 59,1% de votos contrários, contra 40,9% de votos favoráveis.

sistema procedimental substituirá o velho. Quase sempre, essas contrapropostas são insuficientes ou inteiramente imprestáveis: por exemplo, o marxismo-leninismo oferece um conjunto de regras para a tomada do poder, mas não para o exercício do poder.

Em 1951, Bobbio publicou o seu primeiro escrito sobre os direitos do homem<sup>8</sup>, mas se ocupou intensamente do tema apenas mais tarde, quando, na Europa, já tinham se consolidado a paz e a democracia: de fato, sem elas, a afirmação dos direitos do homem é quase impossível<sup>9</sup>. Assim, no universo intelectual de Bobbio, o problema dos direitos do homem “está intimamente ligado àquele da democracia e da paz”: de fato, “esses direitos estão na base das constituições democráticas”, enquanto a paz é “o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos do homem nos Estados individuais e no direito internacional”<sup>10</sup>.

Os escritos de Bobbio sobre todos esses temas nasceram em momentos diversos, mas ele sempre os viu intimamente ligados, “tanto que repetidamente – escreveu em 1996 –, me ocorreu de apresentar sua ligação como meta ideal de uma teoria geral do direito e da política, que, porém, nunca consegui escrever”. Para ele, “direitos do homem, democracia e paz” são “três partes de um único sistema”: os direitos humanos “estão na base das constituições democráticas modernas”, enquanto a paz os garante em âmbito nacional e internacional; “sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não existe democracia, sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução dos conflitos sociais”<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Hoje, também é frequente a forma “direitos humanos” (que prefiro), enquanto Bobbio usa “direitos do homem”. Neste texto, porém, usarei sempre “direitos do homem”, para não criar discontinuidades frente às citações de Bobbio. Gregorio Peces-Barba exercitou uma forte influência sobre a concepção dos direitos humanos em Bobbio: Gregorio Peces-Barba, *Etica pubblica e diritti fondamentali*. Traduzione e cura di Michele Zezza. Prologo di Mario G. Losano, Franco Angeli, Milano 2016, 168 pp.

<sup>9</sup> Esse tema é aprofundado in Bobbio, *I diritti dell'uomo e la pace*, conferência de 1982 agora in Bobbio, *Il Terzo assente. Saggi e discorsi sulla pace e sulla guerra*, A cura di Pietro Polito, Sonda, Milano 1989, pp. 92-96.

<sup>10</sup> Bobbio, *L'età dei diritti*, Einaudi, Torino 1992, p. VII.

<sup>11</sup> Bobbio, *De senectute e altri scritti autobiografici*. A cura di Pietro Polito, Einaudi, Torino 1996, p. 165.

## **O SOCIALISMO LIBERTÁRIO E AS ESQUERDAS UNIDAS: UMA ASPIRAÇÃO NÃO REALIZADA**

A formação política de Bobbio iniciou-se com o liberal-socialismo de Rosselli, seguida da militância no Partido de Ação no pós-guerra e, apenas mais tarde, no partido socialista. Entre 1992 e 1994, com a passagem da Primeira à Segunda República, Bobbio, então com mais de oitenta anos, embora senador vitalício, já tinha assumido a conduta de observador sempre mais crítico da política governamental italiana, mas ficava sempre mais horrorizado com a irresponsabilidade, a pequenez e a vulgaridade que vinham caracterizando seus novos protagonistas.

A elaboração teórica de Bobbio, que se articula ao longo desse arco de tempo, pode ser subdividida aqui, por clareza, em três fases: a) a fase da esperança pós-bélica (1945-1960, ligada ao Partido de Ação), quando a liberdade reconquistada parecia tornar realizáveis as teorias democráticas e federalistas antes apenas imaginadas; b) a fase da ação democrática (1950-1990 aproximadamente), obstada pela guerra fria e pelas dificuldades das esquerdas, laceradas pelas tensões entre comunistas e socialistas e pelas muito numerosas cisões entre socialistas e sociais-democratas; enfim, c) a fase do desconforto (1990-2004); de fato, a sua análise das ideais políticas da esquerda e a sua crítica à inteira política italiana continuou com o advento dos governos Berlusconi, mas com um ritmo decrescente: não só pelo progresso da idade, não só pelo caráter aventureiro dos novos atores políticos, mas também pela ineficácia da frágil oposição da esquerda em face de políticas governamentais certamente não fundadas sobre elaborações teóricas refinadas. Na terceira e última parte deste parágrafo, veremos o que Bobbio pensava sobre as esquerdas no contexto da ascensão da direita, isto é, dos chamados “populismos”, deixando para o § 5 a reação de Bobbio diante dos governos Berlusconi.

### **A) O LIBERAL-SOCIALISMO.**

Já que o fascismo combatia o liberalismo e o comunismo, formou-se na Itália uma peculiar afinidade crítica entre os dois movimentos perseguidos. O liberal Piero Gobetti, antes de fundar a sua revista

“Revolução liberal”, colaborava com a “Ordem Nova” de Antonio Gramsci. O “socialismo liberal” de Carlo Rosselli referia-se ao trabalhismo inglês, conjugando democracia liberal e socialismo não marxista. Entre as duas posições, colocava-se o “liberal-socialismo” de Guido Calogero e de Aldo Capitini, posteriormente também um teórico da não violência. São alguns dos mestres e companheiros que influenciaram Bobbio diretamente<sup>12</sup>. Estes movimentos convergiram em 1942 no Partido de Ação, cujo programa projetava uma conciliação entre o liberalismo político e uma economia mista, bem diversa, portanto, do liberismo econômico.

Assim, nos anos férvidos entre o fim da ditadura e o início da democracia, floresceram hibridações generosas, mas caducas, como o comunismo liberal, o socialismo liberal, o liberal-socialismo, a revolução liberal: movimentos que hoje têm uma relevância apenas histórica, para explicar a gênese da Itália democrática. Esse pensamento inclusivo “apresenta sempre uma forma um pouco paradoxal, porque busca reunir dois sistemas de ideias opostos”<sup>13</sup>: eis porque o liberal-socialismo foi definido como um “oximoro” por Bobbio ou uma “quimera” por Croce.

O projeto político a que Bobbio aderiu ainda nos anos do fascismo refere-se ao socialismo liberal de Carlo Rosselli<sup>14</sup>, que inspirava os dois movimentos de que Bobbio participou ativamente: “Justiça e Liberdade” na Resistência e o Partido de Ação no pós-guerra. Esta teoria elitista tentava unir dois elementos aparentemente em contraste: um liberalismo com mais igualdade e um socialismo com mais liberdade. Que alguma conciliação das duas posições fosse possível em teoria não significava, porém, que ela também fosse realizável na prática. Eram “construções doutrinárias e artificiais abstratas, mais verbais que reais”, comentava Bobbio ao fim de uma reconstrução do pensamento liberal-socialista também fora da Itália:

---

<sup>12</sup> Sobre Rosselli: Norberto Bobbio, *Maestri e compagni*, Passigli, Firenze 1984, 299 pp.

<sup>13</sup> Bobbio, *Destra e sinistra. Ragioni e significati di una distinzione politica*, Donzelli, Roma 1994, p. 11.

<sup>14</sup> Carlo Rosselli, *Socialismo liberale*. A cura di John Rosselli. Introduzione di Norberto Bobbio, Einaudi, Torino 1979, XLII-149 pp. (NUE); a tradução do italiano fora publicada durante o exílio: Carlo Rosselli, *Socialisme libéral*, Librairie Valois, Paris 1930, 195 pp.

“me parece que se caminha com os pés um pouco mais na terra se, ao invés dos dois ‘ismos’, se fala em liberdade e igualdade”<sup>15</sup>.

Quando a trajetória política do Partido de Ação já se concluíra, em 1951, a revista “Il Ponte” promoveu uma *Investigação sobre o Partido de Ação*, a que Bobbio contribuiu com uma análise sem reticências sobre as razões daquele insucesso prático:

Nas posições morais, claros e firmíssimos, nas políticas tornam-se sutis e dialéticos e, assim, extremamente móveis e instáveis, continuamente à procura de uma “inserção” na vida política italiana que não conseguiram encontrar. E permaneceram sem raízes na sociedade italiana daqueles anos. A quem se voltavam? Moralistas *d’abord* sonhavam com uma *restauratio ab imis* da vida política italiana, a começar pelo costume. Mas julgavam que, para fazer essa *restauratio*, não era necessário fazer a revolução. Assim, acabaram sendo rejeitados pelo grosso da burguesia, que não queria a *restauratio*, e pelo grosso do proletariado, que não queria renunciar à revolução. Acabaram, sim, face a face com a pequena burguesia, que era a classe menos adequada para segui-los. E não foram seguidos. Foi um espetáculo bem penoso ver estes *enfants terribles* da cultura italiana em contato com os segmentos mais pávidos e mais apagados [...] Por todo o tempo em que o Partido de Ação – comandantes sem exército – desenvolveu sua função de movimento político, a pequena burguesia – exército sem comandantes – foi politicamente indiferente [*qualunquista*]<sup>16</sup>]. Imaginem se poderia dar casamento”<sup>17</sup>

Ao mesmo tempo, porém, as sementes lançadas naquela estação radiosa deram frutos no inteiro, longo decurso da obra de Bobbio: a conciliação de ideais diversos exige a compreensão e o diálogo, enquanto o regime que se funda sobre o diálogo e sobre a alternância de poder é a democracia parlamentar, por sua vez, indissolivelmente conexas aos direitos

<sup>15</sup> Bobbio, *Sul liberalsocialismo*, in Bobbio, *Teoria generale della politica*, cit., p. 320. Este escrito é a *Introdução* ao volume *Os dilemas do liberal-socialismo*. A cura di Michelangelo Bovero, Virgilio Mura, Franco Sbarberi, La Nuova Italia Scientifica, Roma 1994, pp. 45-59. Cfr. também Bobbio, *Socialismo e liberalismo*, “Quaderni del Circolo Rosselli”, 1986, n. 1, pp. 111-118; Bobbio, *Socialismo liberale*, “Il Ponte”, 1989, n. 5, pp. 158-167.

<sup>16</sup> O “Partido do Homem Qualquer” (1945-1948) se propunha a representar o comportamento antipolítico mais elementar e vulgar: numa vinheta clássica, um homem escreve no muro: “Abaixo Todos!”; uma célebre máxima sua foi: “Chove, governo ladrão!”.

<sup>17</sup> *Inchiesta sul Partito d’Azione*, “Il Ponte”, 1951, n. 8, p. 906 s.; reimpresso posteriormente com o título (que retoma uma expressão de Bobbio) *Quei “lividi” azionisti*, “Nord e Sud”, 1992, n. 2, pp. 49-51. A investigação de “Il Ponte” oferece um quadro variado de opiniões: “Il Ponte”, 1951, n. 7, pp. 769 ss.; e nel n. 8, pp. 901-915 (este último fascículo contém a resposta de Bobbio, p. 906 s.).



fundamentais e à paz. Com essa bagagem, a filosofia militante de Bobbio encarava a reconstrução moral e material da Itália pós-bélica.

## B) AS ESQUERDAS DIVIDIDAS.

Já se passaram cerca de setenta anos do fim da guerra e a atmosfera daqueles tempos é difícil de imaginar hoje, especialmente para os mais jovens. Na guerra de liberação, a contribuição dos comunistas e dos socialistas fora preponderante; no momento da liberação, os operários ocuparam as fábricas para impedir a sua demolição pelos alemães em retirada; a União Soviética, embora stalinista, contribuiu para a derrota do nazi-fascismo pagando um altíssimo preço; os partidos marxistas italianos saídos da clandestinidade eram guiados por líderes reconhecidos e dispunham de uma robusta organização, colocada à prova em anos de oposição clandestina e de luta também armada. Isso explica por que os intelectuais daqueles anos, de Bobbio a Kelsen, criticaram o marxismo e a União Soviética com um rigor nunca dissociado do respeito. Respeito que provocava fortes reações em um Ocidente conservador<sup>18</sup>, no qual o “antissovietismo” da guerra fria era exasperado ao ponto de fazer perdoar boa parte dos pecados dos regimes nazifascistas que acabavam de cair.

Na Itália, a depuração dos ex-fascistas ocorreu de forma branda. É exemplar a trajetória de Giacomo Acerbo, autor da lei que atribuiu aos fascistas a maioria absoluta no parlamento, relator, em 1938, da lei que substituiu o Parlamento pela “Câmara dos Fascistas [*Fasci*] e das Corporações”, além de presidente do “Conselho superior para a demografia e a raça”. Condenado a morte ao final da guerra, graças a uma série de recursos judiciais foi reintegrado à sua Faculdade de economia em Roma e, em 1962, recebeu do Presidente da República Antonio Segni a medalha de ouro para os “beneméritos da escola”<sup>19</sup>.

Em um tal contexto, a simples abertura de um diálogo com os comunistas era considerada um ato subversivo. Bobbio passava por

<sup>18</sup> Cf., por exemplo, Losano, *Hans Kelsen “criptocomunista” e l’FBI ai tempi del maccartismo: in margine al suo libro postumo “Religione Secolare”* (no prelo).

<sup>19</sup> Giacomo Acerbo, *I fondamenti della dottrina fascista della razza*, Azienda Tipografica Editrice Nazionale Anonima, Roma 1940, 96 pp.; sobre o caso de Acerbo: Barbara Raggi, *Baroni di razza. Come l’università del dopoguerra ha riabilitato gli esecutori delle leggi razziali*, Editori Riuniti, Roma 2012, pp. 21-37, p. 167 s.

criptocomunista, e o católico Giorgio La Pira – cuja beatificação está em curso – era ironizado como “o peixe vermelho na pia de água benta”.

As forças políticas se encastelaram sobretudo nos dois partidos-igreja, isto é, na Democracia Cristã, área de captação dos moderados e dos conservadores, e no Partido Comunista Italiano, o mais forte do Ocidente. Porém, esse bipartidarismo era imperfeito, porque o veto dos Estados Unidos impedia o acesso do partido comunista ao governo. Impensável, portanto, uma coalização de governo entre os dois maiores partidos italianos: em 1948, já se tornara inviável a repetição da colaboração política entre as forças antifascistas do imediato pós-guerra, que seguiu a unidade na luta *partigiana* da Resistência. Nesse contexto, Bobbio iniciou um diálogo com as duas partes políticas, exortando a introduzir mais liberdade nas esquerdas e mais solidariedade na direita. Entretanto, os seus interlocutores eram sobretudo os comunistas, força a conquistar ou ao menos aproximar da democracia parlamentar.

A anomalia política da Itália é sintetizada em um breve escrito de Bobbio de 1987, que rememora os capítulos da relação entre comunistas e socialistas até quase as vésperas do processo “Mãos Limpas”, de 1992: “Hoje [em 1987] na Itália, o Partido socialista é diferente de todos os outros partidos socialistas da Europa ocidental porque o Partido comunista italiano é, ele próprio, diferente de todos os outros partidos comunistas. [...] Não existe uma questão socialista na Itália: existe uma questão socialista e comunista ou, se quiser, uma questão da esquerda, da qual o Partido comunista e o socialista são os dois componentes principais”. O partido comunista tinha deixado de ser “um partido comunista no sentido histórico da palavra” no pós-guerra, desde quando Togliatti compreendeu “que a grande escolha diante da qual se encontrava o país depois da queda do fascismo não era entre fascismo e comunismo, mas entre fascismo e democracia”<sup>20</sup>. Em síntese, o Partido comunista vinha adquirindo as características ideológicas e a posição política de um partido socialdemocrata europeu, e isso empurrava o Partido socialista em direção ao centro, isto é, em direção à aliança com o partido católico.

<sup>20</sup> Bobbio, *Labito fa il monaco*, p. 34 s., in AA. VV., *La questione socialista. Per una possibile reinvenzione della sinistra*. A cura di Vittorio Foa e Antonio Giolitti, Einaudi, Torino 1987, X-210 pp.

Para se ter uma ideia do quão difuso e inflamado era aquele debate, considere que – quando Bobbio publicou, em 1994, *Direita e esquerda*<sup>21</sup> – as quinze mil cópias da primeira edição acabaram em dois dias. Esse pequeno e exitoso livro se junta a *Política e Cultura*, de 1955, e a *Qual Socialismo?*, de 1976, completando o que Bobbio chama “minha trilogia de escritos de polêmica política”<sup>22</sup>. *Direita e esquerda* não é uma coletânea de ensaios, mas um único ensaio unitário, em que Bobbio se põe as questões: “Direita e esquerda ainda existem? E se ainda existem, e têm força, como se pode dizer que perderam totalmente seu significado? E se ainda têm um significado, qual é?”

A seu ver, o critério mais adotado “para distinguir a direita da esquerda é o diferente comportamento [...] diante do ideal da igualdade, que é, junto com o da liberdade e o da paz, um dos fins últimos” perseguidos pela humanidade. Bobbio não se pergunta se a igualdade é preferível à desigualdade ou vice-versa, mas analisa o seu conteúdo, indicando três variáveis a se ter em consideração: “os sujeitos entre os quais se propõe a repartição dos bens; os bens a repartir; os critérios pelos quais reparti-los”. Da sua combinação, “deriva um número enorme de tipos diversos de divisões igualitárias”<sup>23</sup>, que tornam relativo o conceito de igualdade a partir do momento em que uma igualdade absoluta seria impossível na prática, além de desarrazoada, uma vez que as pessoas são desiguais.

Bobbio denomina “igualitários” aqueles que, frente à diversidade das pessoas, dão maior importância àquilo que as torna iguais, e “não igualitários” aqueles que, ao contrário, dão maior importância àquilo que as torna desiguais. Além disso, os igualitários veem a origem da desigualdade sobretudo em causas prevalentemente sociais, portanto elimináveis, enquanto os não igualitários entendem que aquelas causas são naturais, portanto prevalentemente inelimináveis. “O igualitário tende a eliminar as diferenças, o não igualitário a reforçá-las”; em concreto, “a diferença entre os dois tipos ideais se traduz praticamente na contrastante avaliação daquilo que é

<sup>21</sup> Bobbio, *Destra e sinistra. Ragioni e significati di una distinzione politica*, Donzelli, Roma 1994, X-100 pp.; indica-se, para um aprofundamento do debate sobre a crise da esquerda, o Apêndice de Pietro Polito, *Ripensare la sinistra. Primi orientamenti bibliografici (1980-1994)*, pp. 91-100. L'anno prima era stato pubblicato Bobbio, *Sinistra punto zero*. A cura di Giancarlo Bosetti, Donzelli, Roma 1993, 164 pp. Fra le discussioni che lo seguirono, cfr. Francesco Erban (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, Reset – Donzelli, Roma 1994, 63 pp.

<sup>22</sup> Bobbio, *De senectute*, cit., p. 168.

<sup>23</sup> Bobbio, *Destra e sinistra*, cit., p. 71 s.

relevante para justificar ou não uma discriminação”. O direito de voto foi negado às mulheres enquanto se entendeu ser relevante a diferença natural frente ao homem; no direito censitário de voto, julgou-se relevante a diferença social entre a propriedade e a pobreza; o mesmo espírito igualitário inspira os direitos sociais, fruto de um século de lutas da esquerda, que tem como característica “a propensão a tornar mais iguais os desiguais”<sup>24</sup>.

Ao contrário, a aspiração à liberdade – o outro grande ideal humano ao lado da orientação à igualdade – não se identifica com o par direita-esquerda: “existem doutrinas e movimentos libertários e autoritários tanto na direita quanto na esquerda”. Identifica-se, sim, com o par extremista-moderado: o extremista de direita ou de esquerda se distingue do moderado de direita ou de esquerda pela diferente posição frente ao valor da liberdade.

O principal fator de desigualdade é a propriedade privada e, por isso, os movimentos libertários tendem a limitá-la (se moderados) ou a aboli-la (se extremistas). O comunismo utópico, do qual se fala desde os tempos de Platão, “entrou na história” com a Revolução de outubro, mas aquela “utopia igualitária se transformou no seu contrário”. O olhar de Bobbio se eleva da disputa eleitoral em curso em uma península ao extremo apêndice ocidental da Ásia e se interroga sobre as desigualdades do Terceiro e do Quarto mundo:

O comunismo histórico faliu. Mas o desafio que ele lançou permanece. Se, para nos consolarmos, dizemos que nesta parte do mundo demos vida à sociedade dos dois terços, não podemos fechar os olhos diante da maior parte dos países onde a sociedade dos dois terços, ou até mesmo dos quatro quintos ou dos nove décimos, é invertida. Frente a essa realidade, a distinção entre a direita e a esquerda, para a qual o ideal da igualdade sempre foi a estrela polar que mirou e continua a mirar, é claríssima. Basta deslocar o olhar da questão social no interior dos Estados, da qual nasceu a esquerda no século passado, à questão social internacional para se dar conta de que a esquerda não só não completou o próprio caminho, mas apenas o iniciou”<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> Bobbio, *Destra e sinistra*, cit., p. 77-79.

<sup>25</sup> Bobbio, *Destra e sinistra*, cit., p. 85 s.

### C) AS ESQUERDAS ENFEITIÇADAS PELA DIREITA.

Duas novidades caracterizaram as eleições de 1994: a formação – a partir das empresas de Berlusconi e no arco de poucos meses<sup>26</sup> – de um partido-empresa capaz de vencer as eleições e, contemporaneamente, uma campanha televisiva pré-eleitoral sem precedentes, conduzida sobretudo pelo conglomerado Mediaset, de propriedade de Berlusconi. Mais em geral, o controle de três redes nacionais pelo proprietário desembarcado na política criava distorções inéditas: por exemplo, para ter espaços televisivos, os adversários deviam pagar as redes de televisão de Berlusconi, assim financiando sua campanha eleitoral. Uma vez que, sobre essa traumática passagem da Primeira à Segunda República, já existe uma vasta literatura, por brevidade, limito-me a reportar alguns dados extraídos do livro que terminei concomitantemente àquelas eleições, publicado apenas em alemão<sup>27</sup>.

\*

*Direita e esquerda*, de Bobbio, havia sido publicado no mês de março de 1994, quase em concomitância com as eleições, que não só reduziam a zero a esperança nas esquerdas, cautamente expressa naquele livro, mas punham interrogações inquietantes sobre a involução da democracia na Itália. Para discuti-las, a revista “Reset” rapidamente promoveu um encontro entre Norberto Bobbio, o filósofo Gianni Vattimo e o diretor da própria revista, Giancarlo Bosetti, que assim formulava os argumentos em debate: de um lado, “a necessidade de que a esquerda consiga liberar-se da posição conservadora que continua a ocupar no confronto político com uma direita que tem o monopólio da iniciativa e frequentemente se mostra, a propósito e despropósito, mais dinâmica”; de outro lado, “a televisão e as suas conse-

---

<sup>26</sup> Mas foi repetidamente observado que, naqueles poucos meses, a publicidade eleitoral de Berlusconi encontrara um público preparado por doze anos de televisão comercial, que propagandeava estilos de vida homogêneos àquela mensagem política.

<sup>27</sup> Mario G. Losano, *Sonne in der Tasche. Italienische Politik seit 1992*, Antje Kunstmann Verlag, München 1995, pp. As passagens reportadas aqui são extraídas do meu texto inédito em italiano.

quências”<sup>28</sup>. Na discussão, entrelaçavam-se considerações contingentes sobre o apoio que a esquerda tinha perdido nas eleições e que devia reconquistar (Bobbio era pessimista a respeito), e considerações gerais sobre as relações entre direita e esquerda, que são as que interessam aqui.

A esquerda tinha assumido uma posição conservadora porque tendia a conservar, isto é, a defender a Constituição de 1948 e a estrutura institucional da Primeira República frente a uma direita agressiva, que pretendia mudar a Constituição e que colocava em discussão a unidade nacional. Bobbio explicava esse comportamento, em primeiro lugar, no plano psicológico: “O meu amadurecimento político ocorreu nos anos da Resistência e da elaboração da Constituição. Sinto-me muito ligado àquelas experiências”; além disso, a ideia de uma Segunda República “foi apresentada por Bettino Craxi e por um grupo dirigente do PSI<sup>29</sup> pelos quais nunca tive muita simpatia”. Estes argumentos, porém, “contam pouquíssimo para os fins da nossa discussão”<sup>30</sup>.

O ponto crucial na defesa da Constituição não são as normas sobre a organização do Estado (“uma república presidencialista não parece uma modificação assombrosa”), mas “aquelas relativas aos direitos de liberdade e aos direitos sociais”<sup>31</sup>. Diante de uma direita subversiva, a esquerda deve conservar a Constituição, isto é, a democracia. Porém, a sua capacidade de mobilização é reduzida porque, na sociedade dos dois terços, os dois terços estão satisfeitos com sua situação e, portanto, não se empenham politicamente. Para Bobbio, o fato “de que o terço marginalizado não possa nunca vencer é um fato gravíssimo”, diante do qual a esquerda deveria “fazer uma oposição dura, obtendo resultados daí, como soube fazer na primeira parte da história da República. A esquerda soube, então, condicionar o desenvolvimento do país. E graças àquela oposição que a Democracia Cristã foi pressionada a instituir o Estado social. A esquerda não governou, mas certamente influiu para que não prevalecesse na Itália um liberismo

<sup>28</sup> O relatório daquele encontro foi publicado em maio como suplemento ao n. 1994/6 de “Reset”: Francesco Ermani (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, Reset – Donzelli, Roma 1994, 63 pp. A citação está na p. 11.

<sup>29</sup> Partito Socialista Italiano (nota do tradutor).

<sup>30</sup> Ermani (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, cit., p. 21.

<sup>31</sup> Ermani (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, cit., p. 23.

selvagem, como aquele que ameaça impor-se agora”<sup>32</sup>, isto é, em 1994. De então até hoje, aquele risco se transformou em realidade: a esquerda continuou frágil nas décadas seguintes àquela eleição e o “liberismo selvagem” foi favorecido também pela crise econômica iniciada em 2008.

Se o problema da esquerda é o de reobter apoio através da mobilização, o problema da organização – segundo o filósofo Vattimo – deve ser posto em primeiro plano: o velho partido comunista era um partido estruturado; transformado em “Partido Democrático da Esquerda” (Pds) em 1991, “cessou a atenção a questões organizativas. Ora, se toda a rede da comunicação política passa pelos *mass media* detidos por sabemos quem, pode-se prever com certeza que, para a esquerda, não existem muitas perspectivas”<sup>33</sup>. Assim, o discurso se deslocava para o duopólio televisivo italiano, em que três redes nacionais pertenciam a Berlusconi e as outras três ao Estado, que as tinha ocupado através dos partidos: o risco era que Berlusconi dominasse toda rede nacional, de um lado como proprietário e, de outro, como Presidente do Conselho. Bobbio, já em 1994, tinha ideias claras a respeito:

Pensem, ainda no Natal [de 1993], em uma discussão entre pessoas de esquerda que falam do futuro do país, o nome do ex-presidente da Fininvest [isto é: Berlusconi] sequer é pronunciado. Portanto, aquilo sobre o que devemos refletir, antes mesmo de nos perguntarmos se a esquerda errou e onde, é esse fenômeno absolutamente sem precedentes. Berlusconi, desfrutando da ramificação do seu poder econômico em toda a Itália, conseguiu, em três meses, tornar-se o protagonista das eleições, vencer, e vencer estrondosamente. Se existe um governo de direita hoje, é porque Berlusconi conseguiu reunir dois troncos que podiam parecer absolutamente incompatíveis: a Lega<sup>34</sup>, que quer a divisão da Itália, e os fascistas, que são ultranacionalistas. Por que tudo isso ocorreu? Eu creio que a televisão tenha sido determinante, mas não porque Berlusconi apareceu ali muito mais que outros, mas porque a sociedade criada pela televisão é uma sociedade *naturaliter* de direita”<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> Erbani (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, cit., p. 27 s.

<sup>33</sup> Erbani (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, cit., p. 33.

<sup>34</sup> Trata-se da Lega Nord, partido político regionalista do norte da Itália, normalmente identificado, no campo ideológico, com a (extrema-)direita (nota do tradutor).

<sup>35</sup> Erbani (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, cit., p. 35 s. A referida discussão está in Paul Ginsborg – Vittorio Foa – Sandro Bartolomeo (eds.), *Le virtù della Repubblica. Conversazione a Formia*, Il Saggiatore, Milano 1994, 94 pp.

O perigo, portanto, era a penetração da televisão, que exigia um controle. Em 1964, Umberto Eco era um dos primeiros a analisar criticamente a televisão no famoso *Apocalittici e integrati*<sup>36</sup>, contrapondo “a intimidade crítica do leitor” à “rendição passiva”, à “forma de hipnose” induzida pela televisão. Em 1994, Eco voltava a se perguntar: pode a televisão chegar, sem regras e gratuitamente, a todas as casas? Se as torneiras de casa distribuíssem alcoólicos ao invés de água, não seria necessária uma regulamentação em defesa da saúde pública?<sup>37</sup>

A parte conclusiva do debate se concentrava sobre o fato de que, segundo Vattimo, “os eleitores premiaram a direita enquanto portadora de valores de eficiência”<sup>38</sup>. Bobbio discordava: “Eu não acredito que a direita tenha vencido tanto em nome da eficiência quanto da liberdade contra as regras, contra o estatismo. Eles sustentaram, contra a ideia de alcançar a meta da igualdade através de intensas intervenções do Estado, uma linha política inspirada em princípios liberistas. Porém, e escrevi isso também em *Direita e esquerda*, eu contraponho à igualdade não a liberdade, mas a desigualdade”<sup>39</sup>.

O relatório daquele colóquio provocou uma série de comentários desfavoráveis, que Bobbio sumariou iniciando assim: “Sustentar uma tese que seja imediatamente rejeitada tanto pela direita quanto pela esquerda não acontece todo dia”. Mais do que os argumentos dos adversários, em geral bem superficiais, e as respostas de Bobbio, que repetem as ideias já examinadas, é útil recordar aqui a sua conclusão, formulada há mais de vinte anos: “O que ignoro, mas não sei quantos outros o saibam, é se os teledependentes são, no nosso país, a maioria ou a minoria dos cidadãos. Se forem a maioria, e se, como maioria, tiverem o peso que tem qualquer maioria em um sistema democrático, o destino da nossa sociedade, não só da italiana, está marcado. Será a sociedade dos “servos contentes”. Essa

<sup>36</sup> Umberto Eco, *Apocalittici e integrati. Comunicazioni di massa e teorie della cultura di massa*, Bompiani, Milano 1964, XV-389 pp.

<sup>37</sup> Entrevista de Umberto Eco a Eugenio Scalfari, “La Repubblica”, 2 de março de 1994.

<sup>38</sup> Erbani (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, cit., p. 43.

<sup>39</sup> Erbani (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, cit., p. 50.



é apenas uma hipótese deplorável, admito, mas que a esquerda faria bem em levar a sério”<sup>40</sup>.

Em 2000, Bobbio retornou ao tema do controle público sobre a televisão em um breve comentário ao documento que deveria ter sido submetido ao Congresso nacional dos Democratas de Esquerda: “A esquerda deve se defender da acusação de estatismo. Então, o problema da relação entre direita e esquerda, com ou sem razão, torna-se de fato o tema da relação entre Estado e mercado, menos Estado e mais mercado, ou vice-versa, entre a maior ou menor extensão da esfera pública frente à privada. O que ainda e sempre distingue e distinguirá a esquerda da direita será, de um lado, a afirmação dos limites do mercado, que são limites não só econômicos, mas também éticos, a contestação da teoria ou ideologia da mercificação universal, de outro, uma avaliação mais ponderada da importância da esfera pública, em palavras simples, que a intervenção do Estado não deveria ser motivo de escândalo”. Em suma, “é realmente verdadeiro que a intervenção pública é sempre, por natureza, nefasta?”<sup>41</sup>.

A discussão se concluía rebatendo os ataques da direita contra os intelectuais, prevalentemente de esquerda, que cultivam o pensamento geral, isto é, a filosofia. “O fim da filosofia seria o fim da democracia”, de modo que “restariam apenas ciências especiais, as dos técnicos”, conclui Vattimo; “O desprezo da direita pelos intelectuais de esquerda remete também ao seguinte: ao primado que a filosofia tem sobre os saberes. Eles querem uma democracia dos especialistas. Mas a democracia dos especialistas não é democracia”<sup>42</sup>.

### 3. PAZ E GUERRA: PODE O PACIFISMO DERROTAR A GUERRA?

A geração que saía da Segunda guerra mundial devia encontrar uma resposta a uma dupla questão: como evitar a repetição de outra catástrofe bélica e como conservar a paz conquistada a um preço tão caro? A

<sup>40</sup> Bobbio, *Luoghi comuni dei servi contenti*, “Reset”, julho-agosto 1994; também nas pp. 117-123, in Gruppo di Resistenza Morale, *Argomenti per il dissenso. Nuovo, non nuovo*, Celid, Torino 1995, 134 pp.

<sup>41</sup> *Commento di Norberto Bobbio*, in *Progetto per la sinistra del 2000*. Presentazione di Walter Veltroni, Donzelli, Roma 2000, p. 85 s.

<sup>42</sup> Erbani (ed.), *La sinistra nell'era del karaoke*, cit., p. 58.

resposta se tornara ainda mais árdua e urgente pelo fato de que a Segunda guerra mundial se concluíra com o aparecimento da bomba atômica no cenário estratégico e político: um desafio sem precedentes na história da humanidade. Paz e guerra tornaram-se, assim, dois temas centrais e recorrentes no pensamento e na militância de Bobbio, que via a humanidade posta diante de uma terrível alternativa: “ou os homens conseguirão resolver os seus conflitos sem recorrer à violência” ou “a violência os varrerá da face da terra”<sup>43</sup>.

Ele próprio indica dois livros seus como síntese do seu ponto de vista sobre toda a temática: *O problema da guerra e as vias da paz*, de 1979, e *O terceiro ausente*, de 1989<sup>44</sup>. Os dois volumes são coletâneas de textos, mas os dez anos que os separam não devem fazer pensar que os ensaios reunidos se refiram a dois momentos sucessivos do pensamento de Bobbio. Na realidade, o primeiro volume compreende artigos publicados entre 1966 e 1975, enquanto *O terceiro ausente* compreende escritos que vão de 1966 a 1988 (e não apenas ensaios, mas também discursos e artigos publicados no jornal “La Stampa”). Conseqüentemente, os ensaios do primeiro volume devem ser integrados aos escritos do segundo.

“Os meus escritos sobre a paz – escreve Bobbio – nasceram nos anos do equilíbrio do terror, da constatação de que as novas armas termo-nucleares ameaçavam, pela primeira vez, a vida [...] de toda a humanidade”. A uma tal “guerra exterminadora”, não eram mais aplicáveis “as tradições justificáveis que haviam sido dadas dos conflitos entre os Estados, em particular, a teoria da guerra justa”<sup>45</sup>. Era preciso, portanto, proceder a “uma revisão da tradicional filosofia da história”, que sempre fora “mais justificadora que justiceira” da guerra<sup>46</sup>. Bobbio compreende o aspecto filosófico da passagem da guerra quente à guerra fria, mas, da reflexão teórica, extrai os princípios para a ação política.

<sup>43</sup> Bobbio, *Il problema della guerra e le vie della pace*, Il Mulino, Bologna 1979, p. 26 s.

<sup>44</sup> Cfr. Bobbio, *De senectute*, cit., p. 161 s. As primeiras edições dos dois volumes são: Bobbio, *Il problema della guerra e le vie della pace*, Il Mulino, Bologna 1979, 163 pp.; Bobbio, *Il Terzo assente. Saggi e discorsi sulla pace e sulla guerra*, A cura di Pietro Polito, Sonda, Milano 1989, 236 pp. Ambos tiveram mais edições, o primeiro com algumas variações de conteúdo.

<sup>45</sup> Bobbio, *De senectute*, cit., p. 162.

<sup>46</sup> Bobbio, *Il problema della guerra*, cit., p. 21.

O problema da guerra atômica era difusamente sentido no pós-guerra, e Bobbio falou a respeito, em várias ocasiões, também no rádio. Em 1996, reuniu suas ideias sobre o tema em um amplo ensaio cujo título dá nome à primeira coletânea<sup>47</sup> e marca o início de uma série de reflexões que durarão até os anos noventa.

O ocaso do mundo comunista pôs fim ao equilíbrio (bipolar) do terror, mas não eliminou o pesadelo da guerra atômica, já que a multiplicação dos detentores dessa arma (detentores nem sempre confiáveis) aumentou o risco de uma catástrofe nuclear. Além disso, o uso dessas armas dependia de sistemas informáticos sempre mais sofisticados e, portanto, potencialmente vulneráveis<sup>48</sup>. Os vários “escudos espaciais” ou “guerras estelares” não estavam isentos de erros: a rede militar “Arpanet” deu origem à rede civil “Internet”, e hoje constatamos cotidianamente como a tão evoluída Internet tem suas imperfeições.

Hoje, o *electronic warfare* ou *cyberwar* se juntou à guerra atômica, e talvez esteja destinado a substituí-la em parte ou inteiramente: mas estes problemas não se colocavam quando Bobbio escrevia as páginas aqui citadas. No novo milênio, a mudança das técnicas bélicas foi tão radical que, hoje, quase todos os argumentos tradicionais sobre a paz e a guerra são confrontados e eventualmente repensados diante das “guerras híbridas”, conduzidas com mercenários e drones, sem respeitar a soberania de Estados aliados ou inimigos, sem distinguir entre militares e civis, sem um limite de tempo e de espaço: na guerra híbrida, não há mais distinção entre a guerra e a paz<sup>49</sup>.

A evolução da guerra, ligada a tecnologias em rápido progresso, e a veloz transformação de um mundo político sempre mais planetário já se refletia nos prefácios que Bobbio antepôs às primeiras quatro edições do

<sup>47</sup> Bobbio, *Il problema della guerra e le vie della pace*, “Nuovi Argomenti”, 1966, pp. 29-90.

<sup>48</sup> Losano, *Guerra nucleare da equivoco informatico*, “Zerouno”, giugno 1984, n. 29, pp. 21-25. Falei muitas vezes com Bobbio desse aspecto tecnológico da guerra atômica, e ele não o desprezou: “Não falemos da possibilidade, de que tanto se discutiu e se deve ter em conta, de que a ruptura do equilíbrio [do terror] se dê por erro, por acaso ou por insanidade” (Bobbio, *Il problema della guerra*, cit., p. 52).

<sup>49</sup> Uma referência a esses problemas e à literatura a respeito está in Losano, *La Rete e lo Stato Islamico. Internet e i diritti delle donne nel fondamentalismo islamico*, Mimesis, Milano 2017, pp.51 s., 67-74 (§ 8. *Hybrid war: scompare il confine tra guerra e pace*) e in Losano, *Guerre, diritto e disordine globale*, in Atti del Convegno Internazionale: *Sicurezza e libertà in tempo di terrorismo globale*, Università Milano Bicocca (no prelo).

seu livro, “porque cada um reflete a situação e a ocasião histórica em que a reedição ocorreu”<sup>50</sup>. Em 1996, era necessário moldar uma “consciência atômica” e indicar como opor-se ao perigo (através do pacifismo, como veremos). Em 1984, a tensão entre as duas potências tinha gerado um “equilíbrio do terror”, em que não faltava quem justificasse a guerra atômica. As esperanças suscitadas pela queda do Muro de Berlim, em 1989, eram ofuscadas em 1991, pela primeira Guerra do Golfo. Mas Bobbio, confiante na intervenção indireta da ONU, declarava-se a favor do pacifismo institucional, isto é, da paz através do direito: direito que se devia fazer respeitar – também entre os Estados – por um terceiro *super partes*, aquele terceiro infelizmente ausente, que dá título ao outro volume sobre a paz e a guerra.

A partir desse momento, os dois volumes coexistem: a *O terceiro ausente*, impresso em 1989, se junta a quarta edição de *O problema da guerra e as vias da paz*, de 1997. Entre essas duas datas, ocorrem a dissolução da Iugoslávia em uma guerra civil cruel, as guerras tribais na África, a crescente tensão no Oriente Médio e o terrorismo internacional. Entretanto, mesmo diante desses eventos, Bobbio reafirma o seu pacifismo: “Melhor morrer como Abel que viver como Caim”<sup>51</sup>.

Bobbio se detém sobre a noção de pacifismo, distingue entre “pacifismo passivo” e “pacifismo ativo”. E indica a paz como a finalidade última do pacifismo: não, porém, a paz que seja apenas uma trégua entre duas guerras, mas a paz que Bobbio denomina “de satisfação”, isto é, aquela “entre partes que não têm mais reivindicações recíprocas a apresentar”<sup>52</sup>. Esta noção de paz reaparecia também nas reuniões da Sociéte Européenne de Culture, cujo fundador proclamava uma paz que não tivesse a guerra como alternativa<sup>53</sup>. De fato, apenas esse tipo de paz pode ser duradoura e poten-

<sup>50</sup> Bobbio, *Il problema della guerra*, cit., p. VII.

<sup>51</sup> Bobbio, *Il problema della guerra*, cit., p. X.

<sup>52</sup> Bobbio, *Il problema della guerra*, cit., p. 139. Bobbio distingue a paz “de potência” (exercitada com a força: a *pax romana* ou *americana*); “de impotência” (típica do equilíbrio do terror, em que cada uma das partes – na realidade, duas – pode destruir a outra); e “de satisfação” (fundada sobre a confiança recíproca, como na Europa pós-bélica) (pp. 136 ss.). Bobbio extrai esta distinção de Raymond Aron, *Paix et guerre entre les nations*, Calmann-Lévy, Paris 1962, 794 pp.

<sup>53</sup> Umberto Campagnolo, *La paix, une idée révolutionnaire*, “Comprendre”, 1968, p. 106.

cialmente universal. Para os pacifistas, a paz é um bem não absoluto, mas instrumental: a paz é a condição preliminar para a realização da liberdade.

No entanto, depois das distinções filosóficas e das avaliações morais, chega o momento das escolhas concretas. E Bobbio não se esquiva delas: “Quando eu digo que a minha escolha é a de não abdicar de nenhum meio visando à formação de uma consciência atômica, e a filosofia que hoje não se empenha nisso é um ócio estéril, não faço previsões. Limito-me a deixar claro o que, com todas as minhas forças, gostaria que não acontecesse, ainda que, no fundo da minha consciência, tenho o obscuro pressentimento de que acontecerá. Mas a aposta é muita alta para que não se deva, cada um, tomar uma posição, mesmo que as probabilidades de vitória sejam pequeníssimas”<sup>54</sup>.

Infelizmente, a ocasião para se tomar uma posição não tardaria. De fato, passara-se apenas um ano da publicação de *O terceiro ausente* quando, em 2 de agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait, dando início à primeira guerra do Golfo Pérsico. Em 15 de janeiro de 1991 – data em que vencia o ultimato do Conselho de Segurança da ONU, que determinava ao Iraque retirar-se do Kuwait – Bobbio foi entrevistado na televisão. A sua tomada de posição suscitou uma onda de polêmicas, fundadas prevalentemente sobre mal-entendidos. Na realidade, Bobbio avaliava a situação do ponto de vista da sua teoria aqui examinada, mas quem o escutava interpretava termos como “guerra justa”, “licitude”, “eficácia” não segundo a teoria de Bobbio, mas, na melhor das hipóteses, segundo os próprios esquemas mentais (senão segundo os próprios preconceitos políticos). Bobbio queria sublinhar como “o único pacifismo plausível era o institucional”, ao contrário, “nasce daí um debate em que a maioria dos participantes sustentou que eu errei”<sup>55</sup>.

Aqui se ingressa também no problema da difícil relação entre intelectuais e política. A teoria de Bobbio sobre a paz e a guerra é uma acurada construção teórica na qual os termos são definidos com precisão e, depois, analisados e subdivididos em categorias e subcategorias. Se o interlocutor parte de definições diversas daqueles termos, a recíproca incom-

<sup>54</sup> Bobbio, *Il problema della guerra*, cit., p. 97.

<sup>55</sup> *Prefácio à quarta edição*, de junho de 1997, in Bobbio, *Il problema della guerra*, cit., p. VIII.

preensão é garantida. Se a esta consideração de fundo se acresce a brevidade da comunicação televisiva, a agitação ligada à evolução dos eventos e a clara divisão política entre defensores e adversários da intervenção militar direta, percebe-se os motivos extracientíficos que levaram à distorção da acurada terminologia usada por Bobbio na sua entrevista.

Nessa entrevista, de 15 de janeiro de 1991, o discurso de Bobbio era ainda teórico porque apenas em 17 de janeiro as tropas da aliança liderada pelos Estados Unidos entraram no Iraque. Bobbio recorreu às dicotomias “guerra justa e injusta” e “guerra eficaz e ineficaz”, elaboradas nos anos anteriores. Aludiu ao fato de que a guerra do Golfo era justificada (“justa” em sentido jurídico) porque constituía uma legítima defesa, aprovada pela ONU, contra a invasão de um Estado soberano como o Kuwait, mas concentrou sua análise sobre a duvidosa eficácia da eventual intervenção militar. Bobbio falava de guerra justa em termos jurídicos, enquanto os seus comentadores interpretavam aquela manifestação em termos éticos. Surpreso pelas críticas inflamadas e por cautelosos distanciamentos, Bobbio buscou esclarecer a sua posição em uma entrevista ao “Corriere della Sera”, contra a qual, entretanto, se posicionaram alguns docentes da Universidade de Turim através de uma carta aberta. Os jornais italianos já falavam em “caso Bobbio”, que foi retomado pelo “The Guardian” com o artigo *Between Evils*, de 25 de janeiro, e pela “Folha de São Paulo”, com um comentário de Celso Lafer e uma entrevista de Bobbio.

Concomitantemente, aquela que então era considerada a maior campanha militar depois da Segunda guerra mundial estava se encaminhando para uma rápida conclusão (terminaria de fato em 28 de fevereiro de 1991) e Bobbio publicou, em 1 de fevereiro, o artigo *A grande tragédia*, “em que escrevi que a disputa sobre a guerra justa, que tinha provocado tantas discussões puramente doutrinárias, tornara-se inútil diante da ‘escolha trágica’ da guerra”. Os principais escritos desta polêmica foram recolhidos por Bobbio com uma introdução novamente explicativa e com um amargo comentário conclusivo: “Nunca senti, como nessas horas, a futilidade de tantas palavras”<sup>56</sup>.

<sup>56</sup> Bobbio, *Una guerra giusta? Sul conflitto del Golfo*, Marsilio, Venezia 1991, 90 pp. As frases citadas estão na p. 35. A entrevista a Marco Augusto Gonçalves (*Bobbio discute a dimensão trágica da guerra*, “Folha de São Paulo”, 29 gennaio 1991) está traduzida com o título *Certezze e congetture* [Certezas e conjecturas] nas pp. 67-75.

#### 4. FEDERALISMO ENTRE IGUAIS: PAZ DURADOURA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Na história da unidade da Itália, a vitoriosa concepção centralista e monárquica foi acompanhada por uma corrente republicana e federalista, vigorosa apesar de derrotada. Bobbio se aproximara dela principalmente ao final da guerra, com a leitura das obras de Carlo Cattaneo, recebidas em 1943 de Gioele Solari como presente de casamento. Outros impulsos vieram em seguida, dos autores ingleses. *A sociedade aberta e seus inimigos*, de Karl Popper<sup>57</sup>, revelou a Bobbio a compreensão dos mecanismos da democracia, enquanto, “no que se refere ao federalismo, descobri os escritores ingleses, que tinham feito várias propostas de superação da Sociedade das Nações e para a construção de um sistema federal internacional”<sup>58</sup>, como Lord Lothian<sup>59</sup> e Lionel Robbins<sup>60</sup>. “Falo de “descobertas” porque ousei encarar a tarefa de democrata e de pacifista militante partindo do estado de ignorância em que nos deixara o fascismo”<sup>61</sup>.

A essas fontes se junta o *Manifesto por uma Europa livre e unida*, de 1941, também chamado *Manifesto de Ventotene* por conta do nome da ilha onde o seu principal autor, Altiero Spinelli (1907-1986), vivia exilado por determinação do fascismo<sup>62</sup>. Esse texto era conhecido por todos os antifascistas e, continuando a tradição iluminista, via na afirmação das constituições republicanas a condição para uma ordem internacional pacífica, dirigida por estruturas federais. Dado que a soberania nacional (acompanhada dos *arcana imperii* e da razão de Estado) é a causa das guerras, apenas o federalismo democrático podia garantir uma paz duradoura, ou melhor, kantianamente perpétua.

<sup>57</sup> Karl R. Popper, *The Open Society and its Enemies*, Routledge, London 1945, 2 voll. (trad. it. *La società aperta e i suoi nemici*, Armando, Roma 1977, 2 voll.).

<sup>58</sup> Bobbio, *De senectute*, cit., p. 166.

<sup>59</sup> Philip Henry Kerr, 11º Marquês de Lothian (1882-1940), diplomata e político, autor de numerosos escritos (não confundir com o atual romancista escocês Philip Kerr).

<sup>60</sup> Durante a guerra, Ernesto Rossi tinha traduzido, para a editora Einaudi, o livro de Lionel Robbins, *As causas econômicas da guerra*, Einaudi, Torino 1944, 119 pp., a que Bobbio se refere na passagem citada.

<sup>61</sup> Bobbio, *De senectute*, cit., p. 166.

<sup>62</sup> Raffaele Cananzi (ed.), *L'Europa dal Manifesto di Ventotene all'Unione dei 25*. Con un saggio di Norberto Bobbio. Postfazione di Romano Prodi, Guida, Napoli 2004, 230 pp. O texto está in <[http://it.wikisource.org/wiki/Manifesto\\_di\\_Ventotene](http://it.wikisource.org/wiki/Manifesto_di_Ventotene)>. Outros documentos sobre o manifesto in <[http://www.altierospinelli.org/manifesto/it/manifestoit\\_it.html](http://www.altierospinelli.org/manifesto/it/manifestoit_it.html)>.

Já nos últimos anos da guerra, o pensamento federalista vinha se afirmando na Europa, na convicção de que o vazio de poder que inevitavelmente se seguiria à queda das ditaduras permitiria a cessão de partes da soberania das nações a entidades supranacionais, em vista de um futuro utópico: os Estados Unidos da Europa. Na Itália, foram até elaborados dois projetos de constituições federais, inéditos até pouco tempo atrás: um de 1942-43, pelos antifascistas piemonteses Duccio Galimberti (advogado, 1906-1944) e Antonio Rèpaci (magistrado, 1904-2005)<sup>63</sup>, o outro de 1943, escrito pelo amigo de Bobbio e único aluno italiano de Hans Kelsen, Umberto Campagnolo (1904-1976)<sup>64</sup>.

Para alimentar, na direção federalista, o debate político que fervia na Itália com a queda do fascismo, Bobbio publicou em 1945 uma antologia de escritos de Cattaneo, cujo título – embora não presente nos escritos de Cattaneo – tinha um forte impacto sobre o imaginário social daqueles anos, nos quais a Itália saía da guerra civil e da divisão entre o Norte ocupado pelos nazistas e o Centro-Sul sob a tutela dos aliados democráticos: *Estados Unidos da Itália*<sup>65</sup>. Bobbio antepôs aos textos de Cattaneo uma verdadeira monografia de cerca de cem páginas, que, com seu típico *understatement*, intitulou *Introdução*, mas que considerou “um dos meus escritos de que sou mais aficionado”<sup>66</sup>. No imediato pós-guerra, este manifesto do federalismo bobbiano foi acompanhado pelos seus artigos sobre o federalismo, publica-

<sup>63</sup> Duccio Galimberti – Antonino Rèpaci, *Progetto di Costituzione confederale europea ed interna*. Con scritti di Luigi Bonanante, Gustavo Zagrebelsky, Lorenzo Ornaghi, Aragno, Torino 2014, VI-206 pp. < <http://www.costituzionalismo.it/articoli/554/> > Além disso: Chiara Tripodina, *La costituzione di Duccio. Il “Progetto di Costituzione confederale europea ed interna” di Duccio Galimberti e Antonino Rèpaci a settant’anni dalla prima pubblicazione (1946-2016)*, “Costituzionalismo.it”, 2016, n. 1, pp. 37-102.

<sup>64</sup> Umberto Campagnolo, *Verso una costituzione federale per l’Europa. Una proposta inedita del 1943*. A cura di Mario G. Losano, Giuffrè, Milano 2003, XV-229 pp., com a minha introdução *Una “rivoluzione federale europea” alla fine della Seconda guerra mondiale*, pp. 1-80. Além disso: Iring Fetscher, *Alle radici della costituzione europea. Una proposta di Umberto Campagnolo scritta nel 1943*, “Teoria Politica”, 2004, n. 3, pp. 3-13; Iring Fetscher, *Was wir sind, sind wir durch Verträge. Umberto Campagnolos Konzept für einen Bundesstaat Europa*, “Frankfurter Allgemeine Zeitung”, 20 marzo 2004, Nr. 68, Feuilleton.

<sup>65</sup> Carlo Cattaneo, *Stati Uniti d’Italia*. A cura di Norberto Bobbio, Chiantore, Torino 1945, 344 pp. Após numerosas reimpressões parciais do prefácio, o volume foi republicado com o nome dos dois autores: Carlo Cattaneo – Norberto Bobbio, *Stati Uniti d’Italia. Scritti sul federalismo democratico*. Prefazione di Nadia Urbinati, Donzelli, Roma 2010, 148 pp.

<sup>66</sup> Bobbio, *Tra due repubbliche. Alle origini della democrazia italiana*, Donzelli, Roma 1996, p. 102, e esclarece que aquela *Introdução* aos textos de Cattaneo foi escrita “em 1944, nas horas de liberdade que a militância no clandestino Partido de Ação me concedia”.



dos no jornal do Partido de Ação, “Giustizia e Libertà”, e, nos anos seguintes, foi constantemente retomado, no todo ou em parte.

Através de Cattaneo, Bobbio ingressa no rol dos grandes reformadores, do iluminismo italiano de Verri e Beccaria a Romagnosi, que foi o mestre de Cattaneo. Cattaneo fornece a inspiração ao federalismo de Bobbio e, segundo Nadia Urbinati, “o federalismo ao qual Bobbio faz referência é um federalismo como teoria da liberdade reinterpretada à luz das lutas dos séculos XIX e XX para a inclusão das mulheres e das classes trabalhadoras na cidadania, para a emancipação da miséria e da subordinação tanto dentro dos Estados quanto no mundo”<sup>67</sup>. Através de Cattaneo, Bobbio persegue um modelo de federalismo que, partindo dos Estados Unidos da Itália, abre caminho para os Estados Unidos da Europa: “Federalismo europeu e federalismo no âmbito de cada Estado nacional são, por assim dizer, o ponto de partida e o ponto de chegada do liberalismo de Cattaneo”<sup>68</sup>.

As autonomias regionais foram reconhecidas já na constituição republicana de 1948, mas realizadas apenas em 1970. Todavia, a instituição das regiões não foi nem apresentada nem sentida como uma transição, em direção ao federalismo, do Estado unitário italiano, centralizado desde sua origem. Enquanto, desde 1950, a Itália participava da progressiva unificação da Europa, o federalismo “interno” tornou-se um tema de atualidade política na Itália a partir de 1989, quando alguns movimentos locais da Itália setentrional se uniram em um partido denominado “Movimento Lega Nord”, que, com alguma mudança no nome, participou da vida política italiana nas décadas seguintes ao lado das formações partidárias de Silvio Berlusconi. O objetivo da Lega Nord era o “federalismo” das regiões da Itália setentrional, identificadas em uma “Padania” de duvidosa realidade geopolítica.

Partindo de um Estado unitário como a Itália, este conceito de federalismo se transformou bem cedo em “secessão”, para depois voltar, prudentemente, à reivindicação de um “federalismo fiscal” fundado sobre um “etnonacionalismo”.

<sup>67</sup> Nadia Urbinati, *La federazione come politica di unità*, in Cattaneo – Bobbio, *Stati Uniti d'Italia*, cit., p. XVIII.

<sup>68</sup> Bobbio, *Introduzione*, in Cattaneo – Bobbio, *Stati Uniti d'Italia*, cit., p. 18.

Num primeiro momento, essas posições políticas se inspiraram nas doutrinas de Gianfranco Miglio (1918-201), aluno de Alessandro Passerin d'Entrèves e, depois, professor da Universidade Católica de Milão<sup>69</sup>. Eleito ao Senado como independente da Lega Nord, distanciou-se desta última em 1994, contrariado com a aliança com Berlusconi: “Para Bossi – declarou ele, referindo-se ao secretário daquele partido –, o federalismo foi instrumental à conquista e à manutenção do poder. O seu último *exploit* foi ter conseguido emplacar cinco ministros no governo Berlusconi”<sup>70</sup>. Aqui não é o lugar para seguir os eventos governamentais desse federalismo improvisado e instrumental; importa, ao contrário, ver como Bobbio reagiu a ele.

A partir de 1994, o partidário da secessão travestida de federalismo (Bossi) e o manager televisivo que ingressou na política para defender os seus próprios interesses (Berlusconi) dominarão a cena política italiana. As descrições que Bobbio fez a respeito por anos são realistas, mas (à luz dos sucessivos eventos que ficaram de fora) quase benévolas. “Bosi me parece uma pessoa vulgar, ignorante e, no seu comportamento diante de pessoas diferentes dele, também racista. Inventou a Padania, uma região que nunca existiu nem historicamente, nem geograficamente, nem culturalmente, que não se sabe onde nasce e onde termina. Nem ele o sabe”. O *leader* padano será, por anos, o assistente do *tycoon* televisivo: “Berlusconi, inteligente e obstinado, inescrupuloso, é um homem de poder que, depois de ter conquistado o poder econômico, voltou-se com sucesso à conquista do poder político. Sofre ou, se quiser, goza de um soberbo complexo de superioridade: há ainda quem se lembre de quando ele se apresentou pela primeira vez na cena política como o ungido pelo Senhor, que é, para quem não sabe, Jesus Cristo? Tem uma capacidade infalível de ludibriar: de um lado, que ele é um perseguido; de outro, que a sua tarefa é a de liberar a Itália do comunismo”. A clamorosa derrota eleitoral do centro-esquerda em 2000 deixou Bobbio

<sup>69</sup> Gianfranco Miglio, *Vocazione e destino dei lombardi*, in AA.VV., *La Lombardia moderna*, Electa, Milano 1989, republicado in Gianfranco Miglio, *Io, Bossi e la Lega. Diario segreto dei miei quattro anni sul Carroccio*, Mondadori 1994, 96 pp.

<sup>70</sup> Miglio: *Con Bossi è un amore finito*, “Corriere della Sera”, 17 maggio 1994, p. 4. <[http://archiviostorico.corriere.it/1994/maggio/17/Miglio\\_con\\_Bossi\\_amore\\_finito\\_co\\_0\\_9405176590.shtml](http://archiviostorico.corriere.it/1994/maggio/17/Miglio_con_Bossi_amore_finito_co_0_9405176590.shtml)>

“desconcertado e desconfortável”: “Estou deprimido de ver os italianos se entregarem de corpo inteiro a dois personagens como Berlusconi e Bossi”<sup>71</sup>.

## 5. OS VINTE ANOS DE BERLUSCONI E A DEMOCRACIA OFENDIDA

Os vinte anos de Silvio Berlusconi duram do seu ingresso na política em 1993 até sua candidatura em 2012 para as eleições de 2013, quando busca sua quinta *premier ship*<sup>72</sup>. Pode-se falar em vinte anos, ainda que tenham sido interrompidos pelos dois governos de Romano Prodi, o primeiro em 1996-98 e o segundo em 2006-08, porque esses governos de centro-esquerda se revelaram incapazes de agir sobre a arquitetura berlusconiana do poder, modificando ou revogando as leis *ad personam*, intervindo na lei eleitoral, definida como “uma porqueira” pelo seu próprio autor e, sobretudo, regulando o seu conflito de interesses.

Já foi recordada a preocupação de Bobbio quanto à Lega Nord (“partido fantasma” de estatuto inencontrável e lacunoso) e ao incontrole do liberismo econômico daqueles governos. Na última década da sua vida, Bobbio confirmou sua desconfiança em relação aos governos de centro-direita de Berlusconi em alguns escritos que serão sumariamente recordados aqui. Eles se relacionam aos escritos teóricos anteriores, dos quais constituem uma aplicação, mas raramente um aprofundamento, porque o filósofo está diante de situações politicamente extremas, mas culturalmente inconsistentes. O próprio tom dos seus escritos é outro, quase impaciente.

Aquele primeiro governo, que se apresentara como “o novo que avança” em 10 de maio de 1994, caía já em 17 de janeiro de 1995, e os tempos da Primeira República pareciam estar de volta. Bobbio traça um balaço fulminante:

Resumamos: muitos partidos, logo, governos de coalização; governos de coalização, logo, instáveis; governos instáveis, logo, de breve duração. Onde está o novo? “Sim, o novo existe e é a interpretação que o Presidente do Conselho [...] dá à Constituição, continuando a sustentar, apesar da cortês, mas firme advertência do Presidente da República,

<sup>71</sup> Bobbio, “*Sconcertato e sconfortato*”, entrevista di Alberto Papuzzi, “La Stampa”, 22 aprile 2000, p. 59 s.

<sup>72</sup> Silvio Berlusconi foi Presidente do Conselho dos ministros em 1994 (XII Legislatura), em 2001-05 e 2005-06 (XIV Legislatura) e em 2008-11 (XVI Legislatura).

que o Parlamento, tendo-lhe retirado o voto de confiança [*fiducia*] que lhe fora dado depois das eleições, está (só por isso?) deslegitimado. Mas não se dá conta de que se trata de um verdadeiro erro de gramática? Lê-se no artigo 94 da Constituição: “Cada Câmara concede ou revoga a confiança [*fiducia*]...” ao governo, que “deve ter a confiança das duas Câmaras”; em suma, é o Parlamento que retira o voto de confiança ao governo, não o contrário<sup>73</sup>. As tomadas de posições berlusconianas não contêm análises sutis: por exemplo, objeta-se que o sistema parlamentar acabou. Mas como? Em uma constituição rígida, como a nossa, não basta uma reforma eleitoral para revogar uma norma fundamental como o artigo 94”.

De todo modo, com a queda do governo, era necessário estabelecer um outro, e aqui Bobbio manifesta toda a sua aversão a um futuro governo Berlusconi: “Me pergunto, porém, se confiar novamente o governo a Berlusconi não seria um favor imerecido a quem nestes meses se distinguiu por ter feito aquilo que absolutamente não devia fazer, como colocar as mãos na Rai<sup>74</sup> ou boicotar os juizes de Mãos Limpas [*Mani Pulite*], e, ao contrário, não cumpriu seu primeiro dever, que era o de ocupar-se de uma reforma eleitoral, prevista por todos os partidos, e sem a qual não é possível agora [...] realizar novas eleições”<sup>75</sup>.

Em seu primeiro governo, Berlusconi seguiu o primeiro governo técnico da Itália, de Lamberto Dini, que permaneceu no cargo de 17 de janeiro de 1995 a 17 de maio de 1996. Os ataques da direita contra esse governo foram violentos, e Bobbio os replicou em um breve escrito, datado de 27 de abril de 1995<sup>76</sup>. O texto de Bobbio renuncia às argumentações politológicas diante da arrogância de Berlusconi, que se proclamara “Ungido pelo Senhor” (“a insolência de Berlusconi superou todos os limites”), e do servilismo dos seus subalternos (“um amontoado de grupos muito diversos entre si, unidos apenas na corrida ao poder”). Em face do

<sup>73</sup> Bobbio, *Il vecchio che torna*, “La Stampa”, 6 gennaio 1995, p. 1 e 6. Agora também in Norberto Bobbio, *Verso la Seconda Repubblica*, I Libri de La Stampa, Torino 1997, pp. 81-83.

<sup>74</sup> Empresa estatal de televisão e rádio (nota do tradutor).

<sup>75</sup> Bobbio, *Il vecchio che torna*, “La Stampa”, 6 gennaio 1995, p. 6.

<sup>76</sup> Bobbio, *Prima e dopo le elezioni*, pp. 125-130 (texto anteriormente inédito), in Bobbio, *Nuove riflessioni sulle vicende italiane*, pp. 113-139, in Gruppo di Resistenza Morale, *Argomenti per il dissenso. Nuovo, non nuovo*, Celid, Torino 1995, 134 pp.

governo técnico de Dini, Berlusconi afirmava que não existia mais democracia na Itália (argumento que retornou em 2011, contra o governo Monti), enquanto Bobbio obviamente apontava que o governo Dini fora empossado segundo as regras constitucionais. A verdadeira anomalia antidemocrática, rebate Bobbio com base nas críticas também da Comissão europeia anti-trust, “é o fato, sem precedentes, de que um homem inicie a carreira política de posse de excepcionais meios de comunicação de massa”.

Bobbio é fiel à posição expressa em 1995 até o último de seus dias. Nos vinte anos berlusconianos, os argumentos do populismo permaneceram imutáveis, e imutável permaneceu a crítica de Bobbio. Seria excessivamente técnico seguir os escritos militantes de Bobbio, mesmo nos limitando àqueles já recolhidos em vários volumes<sup>77</sup>. O decorrer dos eventos apenas confirmava as críticas de fundo que Bobbio vinha formulando desde o aparecimento de Berlusconi na cena política. Para concluir esse aspecto da análise política de Bobbio, é útil deter-se sobre um escrito mais meditado, ainda que breve: na realidade, a essência das críticas de Bobbio ao berlusconismo arrivista, mas também aos seus frágeis adversários, está presente já em 1994, em um artigo publicado em “Il Ponte”.

A ocasião para esse balanço veio no cinquentenário (1944-1994) da fundação de “Il Ponte”, a revista fundada no final da guerra por Piero Calamandrei. O jurista florentino também encomendara o desenho daquilo que hoje chamaríamos o *logo* que dá nome à revista, e ao qual Bobbio imediatamente se refere: uma ponte em ruínas, reduzida a dois arcos destruídos, mas unidos por uma tábua sobre a qual passa um homenzinho com uma enxada nas costas. Aquele *logo* devia simbolizar a vontade de reconstruir – material e moralmente – aquilo que o fascismo tinha destruído.

Cinquenta anos depois, Bobbio se pergunta: “Mas como? O homenzinho ainda está sobre o mesmo ponto daquela tábua instável, ainda não passou para o outro lado, a ponte não foi reconstruída ainda?” Assim, o *logo* de “Il Ponte” torna-se o símbolo da república que permane-

<sup>77</sup> Norberto Bobbio, *Verso la Seconda Repubblica*, I Libri de La Stampa, Torino 1997, XVIII-203 pp.; Bobbio, *Contro i nuovi dispotismi. Scritti sul berlusconismo*. Premessa di Enzo Marzo. Postfazione di Franco Sbarberi, Dedalo, Bari 2008, 111 pp.; Bobbio – Maurizio Viroli, *Dialogo intorno alla repubblica*, Laterza, Roma Bari 2001, V-121 pp.

ceu incompleta. “Encerrou-se um ciclo histórico que durou meio século, tal como durara meio século o período entre a Unidade [da Itália] e o advento do fascismo. Recomeçar sim, mas de onde?”<sup>78</sup>. E imediatamente tomam corpo os temores de Bobbio, que, em 1994, recordava o processo “Mani Pulite” [Mãos Limpas], que eliminou o partido socialista da cena política italiana e pôs fim à Primeira República. Bobbio é um homem da Primeira República, nascida da Resistência, e nela pensa quando escreve este duro julgamento:

A república, a “nossa república”, terminou mal, ainda que não na violência de facções opostas, como muitas vezes nos ocorreu temer. Terminou na desonra, e não diante do Tribunal da História, como terminaram, para o bem ou para o mal, as grandes épocas, mas, caso sem precedentes, creio, diante de um tribunal de homens de carne e osso, onde juízes e advogados litigam sobre a aplicação desse ou daquele artigo do código penal. Terminou pior do que aquilo que mesmo os mais severos difamadores poderiam prever.

Em 1994, Bobbio, não podia ter sob os olhos os crimes não só comuns, mas também infamantes, que, cerca de vinte anos depois, minariam também a Segunda República; ainda assim escrevia esse duro julgamento sobre os homens que, sob princípios populistas, estavam assumindo o comando do Estado: o confronto com a Primeira República e seus fundadores – Parri, Einaudi, De Gasperi, Nenni, Togliatti, La Malfa – é devastador.

Mas se chegamos onde chegamos mesmo tendo dado os primeiros passos guiados por uma classe dirigente digna desse nome, me pergunto com uma certa apreensão onde acabaremos começando o novo caminho muito mais embaixo. Não da terra, mas mesmo do subsolo me parece ter saído o mago plebeu, a que acompanham os grandes demagogos e os grandes trapaceiros em nome, ouçam!, da liberal-democracia. A única esperança que nos resta é que não se pode descer abaixo disso, e que, uma vez alcançado o fundo, e não chegamos lá ainda, é possível subir novamente, percorrendo, no curso da Segunda República, o caminho inverso da primeira<sup>79</sup>.

<sup>78</sup> Bobbio, *Cinquant'anni e non bastano*, “Il Ponte”, 1994, n. 1, p. 8.

<sup>79</sup> Bobbio, *Cinquant'anni e non bastano*, cit., p. 10.

